

Escolas da rede pública sem recesso

DF-Educação

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO RESPONSABILIZA GREVE REALIZADA EM MARÇO, ENQUANTO SINPRO DIZ QUE FALTA DE PROFESSOR CAUSOU ATRASO NO CALENDÁRIO

Cristiano Torres

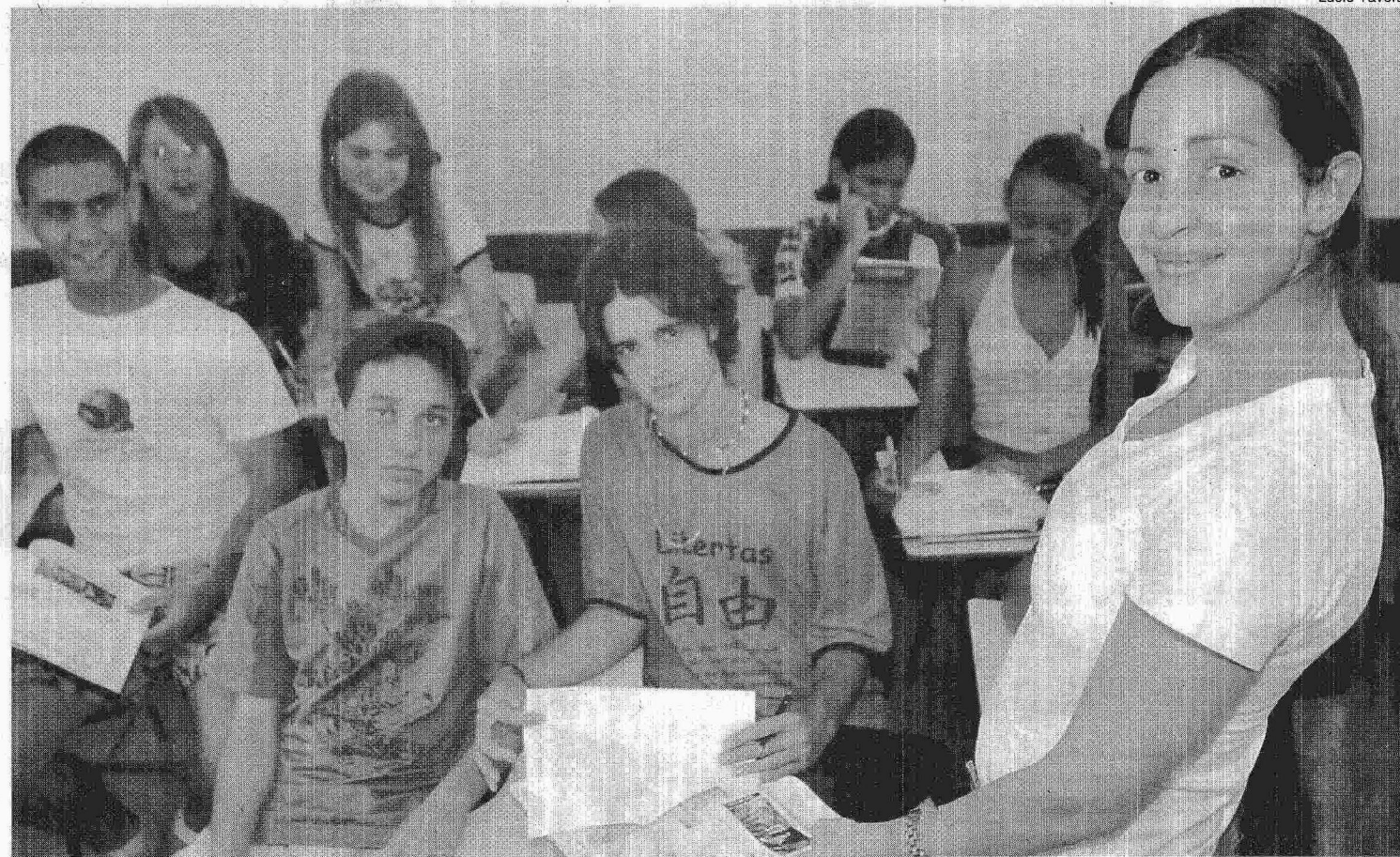
Um grupo de 45 escolas do Distrito Federal teve o recesso de julho – que tem início na segunda-feira, dia 11 – reduzido ou cancelado, em função do não-cumprimento do calendário planejado para o primeiro semestre de 2005, que prevê 200 dias letivos e 1.000 horas de aula por ano. Do total, 31 escolas (4,6% delas) terão atividades até o dia 15 de julho e nove instituições (2,2%) até o dia 22 deste mês. No DF, existem 610 unidades de ensino público.

A secretária de Educação, Vandercy de Camargos, declara que a reposição – que varia de uma a duas semanas – é necessária devido à greve dos professores que aconteceu de 8 e 15 de março deste ano. "A maioria já repôs as aulas ao longo do semestre e, por isso, pôde encerrar mais cedo", diz. A secretária também relata que as escolas possuem autonomia para decidir a melhor forma de ajustar o

calendário. "Na maioria dos casos apenas algumas turmas vão precisar se estender, para resolver questões pontuais como as ausências devidas a licenças médicas dos docentes. Para resolver o problema realizamos contratações temporárias".

De acordo com o diretor da Comissão de Negociação do Sindicato dos Professores (Sinpro), José Antônio Gomes Coelho, responsável pelo diálogo com a Secretaria de Educação, a responsabilidade pelo atraso não é da greve, mas da falta de professores nas escolas públicas. "O problema surgiu depois que o Ministério Público proibiu a contratação de professores temporários, em novembro do ano passado. A prática é abusiva e, em 2001 por exemplo, o governo chegou a contratar 6.078 professores nessa condição", justifica.

José Antônio Coelho declara que apenas 751 professores, dos 1.885 aprovados no concurso público de 2000, foram chamados. "Ao invés de resolver o pro-



A professora Shirley Kely, do Centro de Línguas do Guará, vai perder os dias de folga

blema definitivamente, convocando as pessoas, preferiram deixar a seleção caducar. Ela perdeu a validade em 12 de janeiro de 2005. Dos 5.940 aprovados em 2003, apenas 629 foram convocados", conta. O diretor do Sinpro esclarece que um acordo com

a justiça autorizou o governo a contratar 1.174 professores temporários, com a condição que fossem chamados também 300 concursados. "Em abril foram mais 1.650 temporários e, há 15 dias (em 21 de junho), 630 efetivos. Mesmo assim o problema não foi

resolvido", ressalta.

Para José Antônio Coelho há muitos profissionais em funções burocráticas. "Eles dizem que não há recursos, mas na verdade tem gente demais nas Regionais de Ensino e na Secretaria de Educação. Além disso, a

população aumentou nos últimos 15 anos, mas o quadro de professores não", reclama. Vandercy de Camargos refuta as informações do sindicato: "Existem apenas 260 carências no DF e não há profissionais que possamos convocar", garante.

Lúcio Távora